

A influência husserliana na ética material de Max Scheler

Luiza Aparecida Bello Borges¹

RESUMO

O presente artigo tem o objetivo de apresentar a fundamentação da possibilidade de intuição dos valores na ética material de Max Scheler, salientando as influências sofridas pela proposta fenomenológica de Edmund Husserl. Destacam-se a *intencionalidade da consciência*, objeto de desenvolvimento de Husserl na obra *Ideen zu einer reinen Phänomenologie und phänomenologischen Philosophie* (1913); e as investigações fenomenológicas presentes na *Logische Untersuchungen* (1901). Segundo Husserl, na relação fenomenológica da consciência intencional com o mundo, o ser humano intui os universais que são *a priori*, necessários e transcendentais através da *intuição categorial*. É essa consciência intencional que, na dimensão prática, intui os valores através da concepção scheleriana da *intuição emocional*. Assim, os valores também são *a priori*, universais, necessários e transcendentais. A discussão sobre a possibilidade de conhecimento dos valores em Scheler, portanto, perpassa também a problemática sobre a possibilidade de conhecimento dos universais trazida por Husserl. O desenvolvimento da pesquisa se dá na forma de investigação filosófica em que se define um objeto identificável, o estudo comparativo entre as propostas fenomenológicas husserliana e scheleriana a partir da abordagem dos universais.

PALAVRAS-CHAVE

Scheler; Valores; Intuição emocional; Husserl; Universais.

¹ Doutoranda pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0240345819660714>. E-mail: luizabelloborges@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7313-9279>.

The Husserlian influence on Max Scheler's material ethics

ABSTRACT

This article intends to show a foundation for the possibility of the values intuition in Max Scheler's material ethics, putting light into the influences suffered by the Edmund Husserl's phenomenological proposal. The intentionality of consciousness, developed by Husserl in *Ideen zu einer reinen Phänomenologie und phänomenologischen Philosophie* (1913), and the phenomenological investigations present in *Logische Untersuchungen* (1901) are highlighted in this article. According to Husserl, in the phenomenological relation between the consciousness and the world, the human being intuits the universal which are *a priori*, necessary and transcendent through the *categorical intuition*. This intentional consciousness is the same as that which intuits the values in the practical dimension through the schelerian *emotional intuition*. So, the values are *a priori*, universal, necessary and transcendent as well. Therefore, the discussion about the possibility of knowledge of values pervades the problem about the knowledge's possibility of universal brought by Husserl. The development of the research takes the form of philosophical investigation in which an identifiable object is defined, the comparative study between the Husserlian and Schelerian phenomenological proposals from the approach of universals.

KEYWORDS

Scheler; Values; Emotional intuition; Husserl; Universals.

Recebido em: 01/02/2023

Aceito em: 01/02/2023

Publicado em: 07/09/2023

DOI: <https://doi.org/10.59780/ywld2479>

Introdução

A recepção da proposta fenomenológica de Edmund Husserl (1859 – 1938) começou pouco antes do desenrolar da Primeira Guerra Mundial (1914 – 1918) e atingiu seu apogeu na década de 1920. Nesse período, surgiram correntes de pensamento fenomenológico oriundas dos estudos das obras de Husserl, dentre elas a ética dos valores de Max Scheler (1874 – 1929). O encontro entre ele e Husserl se deu em 1901, época em que *Logische Untersuchungen* era publicada. Em 1907, Scheler participou de um grupo de estudos dirigido pelo psicologista Theodor Lipps sobre as obras de Husserl, especialmente aquela publicada em 1901.

A obra de Husserl situa-se no contexto filosófico do final do século XIX em que a psicologia havia acabado de surgir como ciência, principalmente nas áreas da teoria do conhecimento e da lógica. A preocupação de Husserl era, em grande medida, enfrentar o psicologismo, isto é, a doutrina que defendia a noção de que a lógica e a teoria do conhecimento eram exclusivamente frutos dos processos psíquicos internos. Nessa linha, Husserl compreende que a teoria do conhecimento é dependente, de fato, dos processos psíquicos, mas, não somente deles. Ela depende, em última medida, dos atos de consciência. Dessa forma, o filósofo inicia seu percurso investigativo nos fundamentos da matemática, afastando tanto a teoria do conhecimento quanto a lógica do domínio da psicologia. Husserl afirma que as proposições lógicas contêm verdades necessárias, *a priori* e universais e são puramente ideais. As proposições da psicologia, por sua vez, acabam por generalizar interpretações da experiência.

A fenomenologia desvela-se não apenas como a ciência de fenômenos, mas também como a ciência de essências, diferenciando-se das ciências de fatos. Trata-se da fenomenologia pura ou transcendental que permite a compreensão fenomenológica de ciência eidética. Essa, por sua vez, fundamenta as ciências da natureza. As ciências eidéticas, portanto, servem de critério de garantia do conhecimento oriundo das ciências naturais. A proposta husserliana voltada ao campo da epistemologia, isto é, dos critérios da validade do conhecimento, abre o caminho para a ética material de Max Scheler e a sua subjacente fundamentação sobre a possibilidade de apreensão dos valores (teoria material dos valores).

A proposta ética scheleriana apresenta críticas aos desenvolvimentos até então feitos na história da filosofia acerca dos valores éticos. Ao rebater as doutrinas filosóficas que obstaculizam a compreensão da existência dos valores, Scheler se afasta do nominalismo ético que reduz os valores a convenções, tais como aquelas referentes às unidades de medida da Física. É a partir da preocupação em fundamentar a existência dos valores que Scheler funda um panorama favorável à formulação de uma ética material, compreendendo os valores como

objetos passíveis de apreensão pela consciência intencional. Uma vez que, como admite o filósofo de Munique, a apreensão dos valores se dá pela emoção e a sua compreensão, pela consciência, a experiência torna-se o ponto de partida da própria vida moral humana. Ocorre que não se trata de qualquer experiência, mas da *experiência fenomenológica* dos valores *a priori*, sendo estes as essências de ordem prática.

Assim, importa saber quais são os caracteres essenciais que compõem a experiência valorativa de modo a proporcionar a apreensão dos valores. Pergunta-se: quais são as características desse modo de apreensão? Uma vez obtendo tal premissa, como é possível à consciência intuir os valores, trazendo-os a sua esfera de reflexão sem que, com isso, os valores sejam relativizados em seu conteúdo às individualidades daqueles que os apreendem? As respostas para tais questionamentos são obtidas em Scheler a partir do contexto fenomenológico trazido por Husserl.

A fundamentação sobre a existência dos valores em Scheler perpassa a discussão sobre a possibilidade de conhecimento dos universais trazida por Husserl na *Segunda investigação* presente em sua obra *Investigações lógicas* (1900/1901).² Tal trabalho impactou o pensamento de Scheler no sentido de lhe possibilitar a compreensão da existência dos valores do mesmo modo que Husserl apresenta a existência das cores (enquanto universais). Ao abordar a questão dos universais, Husserl preocupa-se em trazer à tona esclarecimentos epistemológicos sobre a possibilidade do conhecimento de *objetos* universais. Isto é: como é possível formular assertivas válidas sobre objetos universais (ou sobre objetos individuais enquanto correspondentes a objetos universais)? Essa pergunta, transposta à fenomenologia scheleriana, pode ser formulada da seguinte forma: como é possível formular proposições individuais sobre valores que sejam válidas, considerando estes como objetos universais?

Husserl e Scheler

Husserl situa epistemologicamente o idealismo como condição de possibilidade para o conhecimento objetivo em geral. Como essências recebem status objetivo na concretude das coisas? Lembrando que os atos que nos permitem intuir objetos universais são essencialmente

² As referências às obras de Husserl seguirão o padrão HUA, isto é, HUSSERLIANA (o seu respectivo número) e a sua página na respectiva edição utilizada neste trabalho. Para a HUA XIX *Logische Untersuchungen. Untersuchungen zur Phänomenologie und Theorie der Erkenntnis*, utiliza-se a tradução *Investigações lógicas*, referenciada ao final deste artigo. A tradução à língua portuguesa é feita pela autora deste artigo.

diferentes daqueles através dos quais estamos conscientes dos objetos individuais. Quando vemos uma casa vermelha, apreendemos a presença intuitiva da ideia de Vermelho, do “vermelho”. Trata-se de um modo de apreensão situado na intuição do objeto individual e que não se limita a ela, haja vista que a ideia de Vermelho nos aparece como um objeto universal. Este, por sua vez, não pertence a uma vivência diversa daquela do objeto individual. Ao contrário, a vivência é a mesma, nela captamos o contingente e o universal simultaneamente.

Este visar é, no que diz respeito à sua base de apreensão, claramente um visar fundado [...] na medida em que, sobre a “intuição”, respectivamente, da casa individual e do seu vermelho, se constrói um novo modo de apreensão, que é constitutivo para a doação intuitiva da ideia de *vermelho*. [...] Evidencia-se a relação primitiva entre espécie e caso isolado, torna-se possível abranger uma multiplicidade de casos isolados e, eventualmente, julgar com evidência: em todos os casos, o momento individual é diferente, mas “em” cada um realiza-se a mesma espécie; este vermelho é o mesmo que aquele vermelho – nomeadamente, considerado especificamente, é a mesma cor – e, todavia, este é, de novo, distinto daquele – nomeadamente, considerado individualmente, mesmo tratando-se de um caso singular objetivo diferente. (HUA XIX, p. 114-5, grifos do autor).

Segundo Husserl, a distinção entre a unidade do ideal e a multiplicidade do real, assim como todas as distinções lógicas, é categorial. É forma pura dos objetos possíveis da consciência intencional enquanto tal, o que permite ao ser humano intuí-los. A consciência intencional dirige-se ao mundo e apreende as universalidades, isto é, os universais em presença intuitiva nos objetos individuais. No caso da ideia da cor vermelha (o Vermelho), em cada momento individual, em cada objeto da cor vermelha que se apresenta, o Vermelho se realiza, haja vista que afirmamos que cada um desses objetos é da cor vermelha. A presença do universal é real. Concomitantemente, cada um desses objetos possui uma realidade individualmente especificada, uma vez que diferem entre si em suas individualidades.

Há, portanto, duas formas de dirigir a atenção a um objeto individual da cor vermelha. Vamos supor que haja um botão vermelho bem diante de nós. Nós podemos tanto ter consciência do aspecto vermelho do botão individualmente considerado através da *intuição sensível*, bem como somos capazes de apreender intuitivamente o Vermelho. Esta é a *intuição categorial*, ou seja, é um novo modo de acesso ao objeto que, por limitação de essência, não é possível pela intuição sensível. Trata-se da experiência predicativa e ideal dos universais.

Husserl confere ao “Vermelho” o caráter de objeto do conhecimento humano, mais especificamente, de um conteúdo de ato da consciência intencional. Intuímos o “Vermelho” do botão enquanto objeto de nossa consciência intencional e tal ocorre, inclusive, independentemente da posição de existência de qualquer objeto individual da cor vermelha. O “Vermelho” assim intuído, isto é, a cor vermelha como uma espécie universal de cor, é dada à

consciência de modo diverso do vermelho individual do botão. “Os objetos universais tornam-se conscientes para nós em atos essencialmente diferentes daqueles em que nos tornamos conscientes dos individuais” (HUA XIX, p. 113). A consciência intencional, portanto, orienta-se tanto para o objeto individual da cor vermelha (intuição sensível), quanto para o “Vermelho” enquanto espécie universal (intuição categorial).

Assim como a ideia de Vermelho é um *objeto* na medida em que é dado à consciência intencional, os valores são também *objetos* dessa mesma consciência que ora se dirige a sua orientação teórica, ora se orienta em sua esfera prática. É esta que interessa a Scheler em sua obra *Der Formalismus in der Ethik und die materiale Wertethik. Neuer Versuch der Grundlegung eines ethischen Personalismus* (1912).³ Nela, Scheler situa os valores como conteúdos *a priori* e com existência independente do mundo material e dos estados sentimentais (afetivos). “[...] Enquanto fenômenos de valor (não importa se da ordem da aparência ou da realidade), valores são *verdadeiros objetos* e são diferentes de todos os *estados* afetivos. [...]” (SCHELER, 1973, p. 19, grifos do autor).⁴ A primeira consequência do tratamento dos valores como objetos aos quais se dirige a consciência intencional é justamente a possibilidade de serem intuídos por essa mesma consciência. Os valores são ordenados em uma estrutura objetiva – o mundo dos valores – e o ser humano, através da *intuição emocional* (ou sentimental), é capaz de intuir essa ordem valorativa. Assim, a intuição emocional possui um caráter epistemológico e ético na filosofia de Scheler.

A relação fenomenológica existente entre a consciência e a intuição das cores é a mesma existente entre a consciência e a intuição dos valores. Assim como não conseguimos afirmar quais são as propriedades comuns à cor vermelha, por exemplo, mas apenas observamos um dado objeto e o definimos como um objeto da cor vermelha, os valores também não se reduzem a uma unidade de propriedades comuns. Em ambos os casos, admitimos um mundo existente em sua objetividade e que se distingue das capacidades subjetivas de apreensão. Enunciados e proposições de valor possuem um conteúdo suscetível de conhecimento intuitivo. Carece, portanto, de sentido interrogar-se acerca das propriedades comuns das ações humanas, de suas convicções e todos os demais bens. Uma vez que os valores são dados intuitivamente, eles

³ As citações desta obra serão feitas com base na tradução em língua inglesa *Formalism in ethics and non-formal ethics of values. A new attempt toward the foundation of an ethical personalism*, referenciada ao final deste artigo. Assim, no corpo do texto serão colocadas as traduções da língua inglesa para a língua portuguesa das respectivas citações. Tais traduções são da autora deste artigo. Nas notas de rodapé, serão colocadas as citações em língua inglesa.

⁴ “[...] As value-phenomena (no matter if in the order of appearance or reality), values are *true objects* and are different from all *states* of feeling [...]” (SCHELER, 1973, p. 19).

reduzem-se ao modo de ser dado à consciência intencional no mundo fenomênico, não podendo ser definidos conceitualmente mediante características reais e representáveis.

Os valores não podem ser reduzidos à esfera da percepção interior. Isso porque essa esfera inclui o domínio dos julgamentos individuais que não se aplicam às qualidades valorativas. Em outras palavras, uma pintura é bela não porque alguém a considera assim, mas porque ela própria suporta o valor *belo*, “a pintura é bela”. Um juízo de valor não é um juízo de gosto, ou seja, não se trata de construir um sistema ético a partir do que alguém gosta, deseja ou considera importante, mas de valores universais encarnados nos bens. Do ponto de vista epistemológico, é possível, portanto, que alguém erre ao vivenciar um valor, mas o mesmo não ocorre em relação aos juízos de gosto. Proposições sobre valores podem ser verdadeiras ou falsas, pois os valores são conteúdos objetivos capazes de serem intuídos nas vivências emocionais. O fundamento do conhecimento do valor está na vivência emocional.

A ordem dos valores, fio condutor da proposta ética scheleriana, é dada plenamente nas vivências. São fenômenos axiológicos intuídos nas vivências pessoais nas quais incluem tanto a intuição dos valores quanto a intuição dos bens, ou seja, a intuição dos universais e a intuição das contingências. Os valores estão nos bens, mas não se confundem com eles, em razão da separação ontológica entre o *mundo dos bens* e o *mundo dos valores*. O *ser* dos bens é diverso do *ser* dos valores. O *bem* suporta o valor. Os valores existem e estão presentes nos *bens*. Uma pintura, por exemplo, é um *bem* que suporta o valor *belo*. Do mesmo modo, o *ser* dos valores não se confunde com o *ser* da coisa. Em razão disso, o fundamento da ética é, particularmente, a experiência valorativa (aquela que se volta ao *ser* do valor). Entretanto, não se trata de afastar qualquer modalidade de experiência, mas tão somente aquela de caráter empírico-indutivo (*a posteriori*) que embasa as ciências naturais.

Importa, para Scheler, a *experiência fenomenológica* que, na seara ética, adquire o sentido de experiência dos valores enquanto objetos *a priori* da intuição emocional. Perguntar sobre o *ser* das coisas implica em conferir-lhe conceitos, características comuns. O mesmo não ocorre no *ser* do valor, sendo este tão somente desvelado à pessoa mediante um ato intencional da consciência e seu correlato no mundo, qual seja, os bens dotados de valor. É o valor encarnado nos bens o ponto de partida da intuição emocional.

Para Scheler, há uma distinção essencial entre as manifestações de sentimento (e da vontade) e os enunciados valorativos. Quando expressamos “ah!” ao vermos uma paisagem subitamente em um passeio ou quando nos surpreendemos com algo, apenas expressamos um estado sentimental. Não há qualquer significação valorativa. Entretanto, os enunciados valorativos têm o condão significativo e expressam algo sobre o objeto ao qual se referem, seja

ele uma paisagem ou uma situação qualquer. Esses enunciados, para Scheler, não se dirigem aos estados sentimentais do ser humano, mas ao conteúdo dos mesmos, aos seus objetos. Para o filósofo, os estados sentimentais advêm das matérias de valor presentes nos objetos. Assim, a admiração, por exemplo, não provém da paisagem, mas da sua beleza (SCHELER, 1973, p. 173).

A distinção essencial supramencionada permite que um estado sentimental vinculado à apreensão de um valor diminua gradativamente sem que o valor do objeto se altere, isto é, sem que haja uma conseqüente diminuição do grau de apreensão ou de vivência do valor. É somente assim que é possível, segundo Scheler, reconhecer boas atitudes de um inimigo nosso. Suas atitudes suportam valores que independem dos estados sentimentais que tal pessoa nos provoca. O valor permanece, possui constância, ao passo que o estado sentimental e a sua conseqüente expressão podem variar, são inconstantes. Diz Scheler:

Uma centena de diferentes estados afetivos – alegria, raiva, ira, orgulho ou sentimentos de ser ofendido – podem nos arrebatam enquanto encaramos uma pessoa a quem nós valoramos e temos em alta estima, mas sem o envolvimento da nossa consciência do valor – quanto menos do próprio valor. Tais estados ligam-se não a certos valores, mas às situações concretas, às quais a nossa *corporeidade* também sempre pertence. (SCHELER, 1973, p. 173, grifos do autor).⁵

Um juízo de valor, portanto, recai sobre um fato objetivo, o que permite afirmar a veracidade ou a falsidade sobre os julgamentos valorativos. Os valores existem e as coisas, relações ou qualidades suportam os valores. Os objetos que suportam os valores são chamados de *bens*. Os valores estão nos bens, mas não se confundem com eles.

A separação ontológica entre o *mundo dos bens* e o *mundo dos valores* é primordial. É o ser dos bens diverso do ser dos valores. O *bem* suporta o valor. Do mesmo modo, o *ser dos valores* não se confunde com o *ser da coisa* e, em razão disso, o fundamento da ética é a experiência valorativa (aquela que se volta ao *ser* do valor). Entretanto, não se trata de afastar qualquer modalidade de experiência, mas tão somente aquela de caráter empírico-indutivo (*a posteriori*) que embasa as ciências naturais. Importa, para Scheler, a *experiência fenomenológica* que, na seara ética, adquire o sentido de experiência dos valores enquanto objetos *a priori* da intuição emocional. Perguntar sobre o *ser das coisas* implica em conferir-lhe conceitos, características comuns. O mesmo não ocorre no *ser do valor*, sendo este tão somente desvelado à pessoa mediante um ato intencional da consciência e seu correlato no mundo, qual seja, os bens dotados de valor. (BELLO, 2021, p. 38, grifos da autora).

⁵ “A thousand different feeling states – joy, anger, ire, pride, or feelings of being offended – may fleet by us while facing a person whom we value and hold in high esteem, but without the involvement of our value-consciousness – let alone the value itself. Such states are tied not to certain values but to concrete situations, to which our *bodily* thereness always belongs, too” (SCHELER, 1973, p. 173).

Em outras palavras, não é possível definir um valor em torno de características e propriedades comuns. A esfera dos valores e as suas relações eidéticas são dadas intuitivamente nas experiências emocionais num mundo contingente de bens. Há, dessa forma, uma relação eidética entre a ordem *a priori* dos valores e o mundo dos bens.

Essa relação se verifica na forma de um apriorismo da ordem hierárquica dos valores em relação ao mundo dos bens. A ordem valorativa é espelhada na ordem dos bens. Essa tal ordem de valores não determina a ordem dos bens, mas delinea o campo de possibilidade, além do qual a formação dos bens não pode avançar. Trata-se de uma ordem *a priori* de valores que se desvela numa ordem de bens variados, situados historicamente, culturalmente e socialmente. (BELLO, 2021, p. 39).

É possível afirmar que Scheler sustenta a tese da existência dos valores em dois pilares. O primeiro deles refere-se ao modo com que intuimos os objetos no mundo. No plano teórico, intuimos as essências dos objetos, ao passo que, na dimensão prática, intuimos os valores. Estes, por sua vez, são as essências de ordem prática e, portanto, possuem relevância ética. Trata-se, segundo Scheler, da experiência fenomenológica, isto é, da experiência das formas *a priori* e as relações entre elas tanto num contexto particular quanto de modo. É a partir da vivência que a consciência intencional intui os valores que, por sua vez, são *a priori* e transcendentais. O segundo pilar decorre do primeiro e diz respeito à relação fenomenológica da consciência intencional com o mundo. Nas palavras de Husserl:

É em geral da essência de todo *cogito* atual ser consciência *de* algo. [...] Todos os vividos que têm em comum essas propriedades eidéticas também se chamam “*vividos intencionais*” (atos no sentido *mais amplo* das *Investigações lógicas*); uma vez que são consciência de algo, eles são ditos “*intencionalmente referidos*” a esse algo. (HUA III, p. 73-4, grifos do autor).⁶

Trata-se de uma reciprocidade fenomenológica entre a consciência e o mundo, isto é, não há uma consciência sem um mundo ao qual sua intencionalidade se direciona, bem como não há um mundo sem uma consciência que o intua. Supera-se a oposição entre sujeito e objeto, dirigindo-se à análise dos dados constituintes na consciência que, por sua vez, é sempre *consciência de*. Assim, se há um ato da consciência intencional voltada à apreensão dos valores, a saber, a *intuição emocional*, então são os valores conteúdos dados à intencionalidade da consciência.

⁶ Para a HUA III *Ideen zu einer reinen Phänomenologie und phänomenologischen Philosophie I: Allgemeine Einführung in die reine Phänomenologie*, utiliza-se a tradução *Ideias para uma fenomenologia pura e para uma filosofia fenomenológica: introdução geral a fenomenologia pura*, referenciada ao final do trabalho.

Não se trata de uma mera abstração das ações humanas, dos seres humanos ou das coisas e uma consequente apreensão dos valores que lhes são inerentes. É justamente nesse ponto que se situa a crítica de Husserl à psicologia vigente em sua época, fortemente influenciada pelo empirismo, que situa as essências no plano dos construtos psíquicos. Husserl caracteriza do seguinte modo esta convicção do psicologismo:

[...] O que existe de fato só podem ser eventos psíquicos reais da “*abstração*”, que se prendem a experiências ou representações reais. Ora, sendo assim, constroem-se fervorosamente “teorias da abstração”, e a psicologia orgulhosa de sua empiria é enriquecida, aqui *como em todas as esferas intencionais* (que, no entanto, constituem o tema principal da psicologia), de *fenômenos inventados*, de *análises psicológicas que não são análises coisa alguma*. Ideias ou essências são, portanto, “*conceitos*”, e conceitos são “*construtos psíquicos*”, “produtos da abstração”, e como tais certamente desempenham um grande papel em nosso pensamento. “Essência”, “ideia” ou “*eidós*” são apenas nomes “filosóficos” grandiosos para “modestos fatos psicológicos”. Nomes perigosos, em virtude das sugestões metafísicas que contêm. (HUA III, p. 48, grifos do autor).

Do mesmo modo que as essências não são, segundo Husserl, meras construções psíquicas advindas de abstrações, também os valores não são obtidos por análises desses construtos psíquicos. São fenômenos independentes, objetos do conhecimento e que ganham presença intuitiva através dos objetos individuais no mundo:

[...] os valores não são conceitos abstraídos das coisas, homens e ações concretos e empíricos; nem são eles abstratos, momentos “dependentes” de tais coisas. Eles são *fenômenos independentes* que são compreendidos independentemente da peculiaridade dos conteúdos, assim como o ser-real ou o ser-ideal e o não-ser (neste duplo sentido) dos seus bens. Por isso, pode-se atribuir um valor factual a conteúdos não-factuais. (SCHELER, 1973, p. 185, grifos do autor).⁷

São os valores dotados de um *ser* independente (o *ser dos valores*) sobre os quais se fundam as normas, os imperativos e afins. Assim, em Scheler, o plano deontológico não é condição de possibilidade da existência dos valores. O filósofo parte do princípio de que todo dever se funda em um valor, não sendo a recíproca verdadeira. Possuem os valores um conteúdo apreendido em sua independência da realidade ou da idealidade dos seus depositários. É justamente nesse sentido que o filósofo admite a possibilidade de atribuição de valores efetivos a conteúdos não-efetivos. O dever, para Scheler, funda-se na possibilidade real do valor e é

⁷ “[...] values are not concepts abstracted from empirical, concrete things, men, or deeds; nor are they abstract, “dependent” moments of such things. They are *independent phenomena* that are comprehended independent of the peculiarity of contents, as well as of the being real or the being-ideal and the non-being (in this twofold sense) of their bearers. Hence one can attribute a factual value to non-factual contents” (SCHELER, 1973, p. 185).

assim que afirma o chamado “dever ideal” (SCHELER, 1973, p. 185),⁸ que se dá na forma do “Injustiça não deve existir” (SCHELER, 1973, p. 185).⁹

Conclusão

Os valores, portanto, pertencem a um domínio próprio de objetos, dotado de relações e conexões essenciais e particulares e, em se tratando de qualidades de valor, podem ser superiores ou inferiores. Nessa toada, é possível afirmar que, em tal domínio, existe uma hierarquia dos valores que é *a priori* em relação à experiência do mundo dos bens. Este, por sua vez, acompanha as relações causais e as transformações históricas que não possuem o condão de alterar a hierarquia dos valores tendo em vista o caráter apriorístico desta. Trata-se de uma independência de princípio entre o ser dos valores e o ser dos bens (depositários dos valores).

A apreensão dos valores ocorre a partir da *intencionalidade da consciência*. Sendo os valores objetos intencionados, eles são dados com *evidência*. Não há uma relação de dependência entre a evidência do valor e a apreensão de seu depositário, ou seja, do bem que suporta o valor. O *ser dos valores* é independente do *ser das coisas*, ou seja, não há uma vinculação da apreensão teórica dos objetos à apreensão dos mesmos objetos na concretude vivencial.

A matriz valorativa dos objetos é, segundo Scheler, o elemento mais primário de apreensão, não importando se a consciência intencional se volta a objetos da recordação, representação ou de objetos com posição atual de existência efetiva. Importa, para Scheler, a possível independência da apreensão dos valores e suas conexões em relação aos depositários desses mesmos valores.

Os valores são objetos autênticos que se distinguem de seus estados emocionais respectivos. Do mesmo modo que as coisas não se confundem com seus fenômenos, os valores não se confundem com os desejos e sentimentos atuais e despertados pela apreensão dos próprios valores. Não há também uma confusão entre a apreensão do bem individualmente considerado e o valor que é intuído nele. Trata-se do valor, objeto universal, *a priori*, necessário e transcendente que se situa no plano da intuição emocional paralelamente ao objeto individual

⁸ “Ideal ought” (SCHELER, 1973, p. 185).

⁹ “Injustice ought not to be” (SCHELER, 1973, p. 185).

(o bem que o suporta) apreendido em intuição sensível. É a consciência intencional em contato com o mundo, ou seja, é a correlação do *cogito* com seu *cogitatum*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BELLO, L. *A dignidade humana no modelo antropológico-filosófico de Max Scheler e seus impactos*. 2021. 87 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Departamento de Filosofia, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2021. <https://doi.org/10.34019/ufjf/di/2021/00287>.

HUSSERL, E. Ideen zu einer reinen Phänomenologie und phänomenologischen Philosophie I: Allgemeine Einführung in die reine Phänomenologie. Vol. 3. In: SCHUHMANN, K. (Ed.). *Husserliana* [HUA III]. Haia: Martinus Nijhoff, 1976.

HUSSERL, E. *Ideias para uma fenomenologia pura e para uma filosofia fenomenológica*: introdução geral à fenomenologia pura. Trad. Márcio Suzuki. São Paulo: Ideias & Letras, 2006.

HUSSERL, E. *Logical investigations*. Vol 1. Trad. J. N. Findlay. Londres: Routledge, 2001. (International Library of Philosophy)

HUSSERL, E. *Logische Untersuchungen. Untersuchungen zur Phänomenologie und Theorie der Erkenntnis*. Vol. 2. In: PANZER, U. (Ed.). *Husserliana* [HUA XIX]. Haia: Martinus Nijhoff, 1984.

SCHELER, M. *Formalism in ethics and non-formal ethics of values. A new attempt toward the foundation of an ethical personalism*. Trad. Manfred S. Frings; Roger L. Funk. Evanston: Northwestern University Press, 1973.